

Governo chama privilégios aos direitos

e ataca os trabalhadores e os Serviços Públicos

Os trabalhadores portugueses e as suas estruturas sindicais têm sofrido um ataque sistematizado e brutal dirigido aos seus direitos e regalias, cuja dimensão não encontra paralelo desde há muitos anos.

Esta ofensiva é, hoje, mais significativa nos trabalhadores da administração pública.

CGTP

Intersindical Nacional

*Sempre por si,
sempre consigo!*

Este ataque procura esvaziar a administração pública! É um ataque através dos salários, direitos e regalias dos seus trabalhadores! É um ataque que visa

***nivelar
por baixo***

***incentivar a
desregulação
dos direitos
laborais e
sociais***

***reduzir os
salários***

***aumentar a
carga horária
e alterar a
legislação sobre
o regime de
aposentação***

Todos os direitos, independentemente dos sectores e da sua capacidade reivindicativa, foram conquistados. Palmo a palmo. Luta a luta. Contra o capital. Contra sucessivos governos. Muitos dos direitos foram consagrados em lei.

Muitos dos direitos foram contratualizados. As melhores condições, nesta ou naquela matéria, não são privilégios. São o resultado da luta dos trabalhadores e do seu justo sentido.



DIVIDIR PARA REINAR

É demagógica e desonesta a forma como o governo procura colocar os trabalhadores uns contra os outros e trata os da administração pública como se fossem uma casta privilegiada!

É uma ofensiva mais vasta contra os serviços públicos através da privatização e da concessão de serviços do Estado. As consequências para os cidadãos/utentes são negativas! Somos nós quem perde. Subordinados ao interesse dos privados, do lucro, seremos nós quem pagará mais caro. O emprego público tem sido atacado, tanto pelos governos PSD/PP, como pelos do PS. Atacados como estão a ser, os trabalhadores não se motivam nem mobilizam: é naturalmente assim. E, nestas circunstâncias, será a qualidade dos serviços que vai ressentir-se. Seremos nós, os utentes, quem vai perder. A contratação milionária de serviços externos em substituição de trabalhadores da Administração Pública (muitas vezes colocados na “prateleira”), aumenta os custos e diminui a qualidade do serviço público.

É claro o objectivo de desmantelamento da Administração Pública e de um conjunto substancial de serviços públicos essenciais, que se pretende entregar ao privado. É também por isso que o governo quer começar a reduzir o número de trabalhadores (por dois que se aposentem apenas será admitido um).

Os verdadeiros privilégios estão muitas vezes, em políticos e gestores públicos. Lembremos apenas a título exemplificativo os altos salários dos administradores da Caixa Geral de Depósitos ou do Governador do Banco de Portugal, a que acrescentam outras mordomias e complementos de reforma chorudos, bem como a autêntica moratória atribuída aos deputados actualmente em exercício, que afinal poderão aposentar-se no final do mandato, segundo o próprio governo «para salvaguardar as expectativas criadas». Como se os vulgares trabalhadores não tivessem também expectativas criadas!

Apenas meses depois do Governo PSD/PP ter alterado o regime, o PS, chegado ao Governo em Março, anunciou nova alteração nas regras de aposentação para os funcionários anteriores a 31/08/1993. Tenta agora impor a seguinte “Regra Geral para Aposentação Ordinária depois de 2005 com Pensão Completa”:



OS TRABALHADORES DO PRIVADO NÃO PODEM FICAR DESCANSADOS COM O GOVERNO PS, JÁ QUE MUITAS DESTAS MEDIDAS LHES PODEM VIR A SER APLICADAS.

MUITO MAIS TRABALHO PARA SE APOSENTAR

→ **A partir de 31.12.2005, a idade de aposentação e o tempo de serviço aumentam meio ano em cada ano até atingir 65 anos de idade e 40 anos de serviço;**

→ **Satisfazer simultaneamente duas condições: Idade de Aposentação e Tempo de serviço (Ex. 2006 – pelo menos 60,5 anos de idade e, ao mesmo tempo, pelo menos 36,5 anos de serviço).**

O Governo PS propõe, ainda:

→ **Alteração da fórmula de cálculo para os trabalhadores inscritos na CGA até 31 de Agosto de 1993 (quando alguns deles já têm direitos constituídos).**

→ **Os trabalhadores admitidos após 1 de Janeiro de 2006 serão inscritos obrigatoriamente no regime de Segurança Social, prevendo-se a extinção da Caixa Geral de Aposentação no prazo de trinta anos (sem se saber qual será a contribuição da entidade empregadora).**

JORNADA NACIONAL DE LUTA
10 NOV.
POR UMA NOVA POLÍTICA

CGTP
Intersindical Nacional

Mais...

sobre estas matérias há acordos assinados, dura e longamente negociados. São compromissos, não podem ser esquecidos. Tem de haver respeito pelas regras que se acordaram. O Estado não pode desacreditar-se. O Estado tem de ser fiável. Não pode, de cada vez que muda um Governo, pôr-se em questão, sem sequer ouvir e consultar quem assinou os acordos que estão em vigor.

A maioria dos 400 mil trabalhadores da função pública, será penalizada na aposentação. Aliás, o governo já disse que vai poupar 200 milhões de euros até 2009 com estas medidas...

MAS há mais...

O Governo PS, tenta impor ainda, outras nefastas medidas:

Não contar o tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras até 31 de Dezembro 2006, lançando antes uma demagógica campanha contra os trabalhadores, tentando fazer crer que estes tinham «promoções automáticas». É uma clara mentira! As promoções na Administração Pública são feitas por concurso e as progressões dependem da avaliação de desempenho do trabalhador. Isto equivale ao que no sector privado são diuturnidades ou mudança de nível;

Manter o sistema de quotas nas promoções e nos processos de avaliação de desempenho, anteriormente introduzido pelo Governo PSD/PP;

Alterar profundamente o sistema de carreiras, prevendo-se desde já que com o objectivo de eliminar perspectivas de promoção e progressão;

Congelar o montante de todos suplementos remuneratórios até os de risco, penosidade, insalubridade e perigosidade.

O governo tem desenvolvido uma vasta campanha informativa em particular contra os trabalhadores da administração pública. E tem eco fácil em muitos comentadores e adesão simples dos que pouco sabem da realidade da esmagadora maioria dos trabalhadores da administração pública, que vive remediadamente ou com dificuldades mesmo, que não tem privilégios, que se sente indignada e impotente para contrariar a onda populista que o governo desencadeou contra eles.

Mas são trabalhadores com dignidade. São trabalhadores. Que lutam e resistem agora mesmo.

Merecem e precisam da nossa solidariedade. Uma forma concreta e simples de ser solidário é desde já a de informar e esclarecer, falar aos outros, fazer pensar. Pensando, vemos mais longe e escolhemos o caminho certo.

CGTP
Intersindical Nacional
*Sempre por si,
sempre consigo!*